



CLUBFIX SEGURADORA S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

**Relatório da Administração e
Relatório dos Auditores Independentes**



ClubFix Seguradora S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da ClubFix Seguradora S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apuradas com base na regulamentação vigente, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

A Seguradora

A ClubFix Seguradora S.A., constituída em 12 de agosto de 2021, foi autorizada em 13 de março de 2023, pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP operar seguros de danos e pessoas, pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), em conformidade com o Edital Eletrônico Susep nº 1, de 2021.

A ClubFix Seguradora S.A., iniciou suas operações em agosto de 2023, atingindo nesse primeiro ano o montante de R\$ 65, com um volume de Ativos de R\$ 1.339. No exercício de 2024 a empresa atingiu um montante de R\$ 977, com um total de Ativos de R\$ 1.629.

Agradecimentos

ClubFix Seguradora S.A. agradece a seus Acionistas e parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela confiança e apoio à empresa. Aos nossos profissionais e colaboradores o nosso agradecimento e reconhecimento pela dedicação e qualidade dos serviços prestados nesta fase inicial da empresa.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Acionistas da
CLUBFIX SEGURADORA S.A.
Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CLUBFIX SEGURADORA S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CLUBFIX SEGURADORA S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão no processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas relevantes inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para a execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não

detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude e erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria. Durante nossos trabalhos não identificamos deficiências significativas nos controles internos.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2025.

TATICCA AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRCRS 009308-F

Luiz Fernando Silva Soares

Contador CRCRS no. 033.964-O

ClubFix Seguradora S.A.
Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		1.629	1.339	CIRCULANTE		368	321
DISPONÍVEL		893	321	CONTAS A PAGAR		265	288
Caixa e Bancos		893	-	Obrigações a Pagar		1	286
APLICAÇÕES		111	857	Imposto Sobre Operações - IOF		6	2
Aplicações		111	857	Impostos e Contribuições		71	-
CRÉDITO DAS		249	-	Outras Contas a Pagar		187	-
OPERAÇÕES DE SEGURO				DÉBITO OPERAÇÕES DE SEGURO			
Prêmios a receber		249	-	Corretores de seguros		29	4
/ TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		349	154	DEPÓSITOS DE TERCEIROS		29	4
Adiantamentos a Fornecedores		349	154	Prêmios e Emolumentos Recebidos		-	11
DESPESAS ANTECIPADAS		-	70	PROVISÕES TÉCNICAS		-	11
Despesas Operacionais		-	70	Provisões Técnicas		74	18
CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		27	7	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Custo de Aquisição		27	7	PROVISÕES TÉCNICAS		-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		-	-			-	-

		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.261	1.018
		Capital Social	1.100	1.100
		Reserva Legal e Estatutária	161	17
		Lucros ou Prejuízos Acumulados	- (99)	
TOTAL DO ATIVO	1.629	1.339	TOTAL DO PASSIVO	1.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ClubFix Seguradora S.A.
Demonstração de Resultado
Em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos		912	65
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios		(52)	(16)
(=) Prêmios ganhos		860	49
(-) Sinistros ocorridos		(65)	(10)
(-) Custo de aquisição		(301)	(14)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais		286	165
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(217)	(190)
(-) Pessoal próprio		(52)	-
(-) Serviços de Terceiros		(161)	(24)
(-) Localização e Funcionamento		(4)	(166)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS		(280)	(182)
(+) RESULTADO FINANCEIRO		22	83
(+) Receitas Financeiras		23	83
(-) Despesas Financeiras		1	-
(=) RESULTADO OPERACIONAL		305	(86)
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		305	(99)
(-) Imposto de Renda		(30)	-
(-) Contribuição Social		(32)	-
(-) Participações sobre o lucro		-	-
(=) LUCRO LÍQUIDO / PREJUÍZO		243	(99)
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		11.000.000	11.000.000
(=) LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES		(0,02)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ClubFix Seguradora S.A.
Demonstração de Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
(=) LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCICIO	243	(99)
(=) TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCICIO	243	(99)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ClubFix Seguradora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Capital social	Reserva de Lucros	Reserva Estatutária	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.100	-	17	(99)	1.018
Reserva Legal		12		(12)	
Reserva Estatutária			132		(132)
Lucros/prejuízos acumulados					
Resultado do Exercício		-		243	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.100	12	149	-	1.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ClubFix Seguradora S.A.**Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto****Em 31 de dezembro de 2024****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

Atividades operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo / Lucro líquido do exercício	243	(99)
Ajustes para:		
Outros Ajustes Patrimoniais	-	-
Variações nas contas patrimoniais:	243	(99)
Ativos financeiros	746	(62)
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	(249)	-
Títulos e Créditos a Receber	(195)	(154)
Custos de Aquisição Diferidos	(20)	(7)
Fornecedores	(285)	286
Impostos e Contribuições	75	2
Débitos das operações com seguros	25	5
Depósito de Terceiros	(11)	11
Outros Passivos	187	-
Provisões Técnicas	56	18
Caixa gerado / consumido nas atividades operacionais	572	-
Atividades de Investimentos		
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	-	-
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades investimento	-	-
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	-	-
Caixa líquido gerado/consumido nas atividades financiamento	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	572	-
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	321	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	893	-
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	572	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 de dezembro de 2024**
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A ClubFix Seguradora S.A. é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com Sede e Foro em Joiville – SC, originalmente autorizada a operar seguros de danos e pessoas, pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), em conformidade com o Edital Eletrônico Susep nº 1, de 2021.

2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base nas normas contábeis, em registros permanentes, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, sob os Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, regulamentadas por circulares da Susep e apresentadas com observância ao Plano de Contas das Sociedades Seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Complementar, instituído pela Circular Susep n.º 648/2021 e posteriores alterações, sendo cumpridos, quando aplicável, os critérios estabelecidos pelos pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC/Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Diretoria autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras do exercício em 28 de fevereiro de 2024.

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular Susep nº 648/2021; os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep”.

2.2. Base para mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, assim como instrumentos e passivos financeiros.

2.3. Continuidade:

Os objetivos da Seguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Seguradora para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Seguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Seguradora deve atender às exigências de capital mínimo estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Seguradora devem sempre estar atentos a tais exigências. O capital da Seguradora está ajustado para permitir limite de retenção em adequação com o plano de negócios.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Seguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas Demonstrações Financeiras, arredondado em milhares, exceto quando indicado de outra forma. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do balanço.

2.5. Segregação entre circulante e não circulante

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

2.6. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:

As seguintes novas normas foram emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamento Contábil) mas não estão em vigor para o exercício de 2023, para as empresas seguradoras pois não foram aprovadas pela Susep.

- **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros":** aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Todavia, a administração ainda não avaliou os impactos, uma vez que o órgão regulador (Susep) não aprovou esse pronunciamento.

- **IFRS 17 - "Contratos de Seguros":** O IFRS 17 – “Contratos de Seguros”: foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades fornecam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 estava previsto para iniciar sua vigência em 1º janeiro de 2023, porém a Susep ainda não aprovou este pronunciamento. A Seguradora está avaliando os impactos.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Seguradora.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado.

3.2. Ativos financeiros:

Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e recebíveis.

3.3. Passivos financeiros

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

3.4. Contas a pagar:

As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação.

3.5. Benefícios a empregados:

De acordo com CPC 33 a Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo.

3.6. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. Em 31/12/2023 a Seguradora não possui processos contingentes em andamento.

3.7. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos serão calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. As despesas são reconhecidas quando incorridas conforme o período de competência. No caso do fornecimento de produtos, a Seguradora reconhece esse gasto como despesa quando tiver a posse ao que foi adquirido. No caso do fornecimento de serviços, a Seguradora reconhece o gasto como despesa quando recebe os serviços.

3.8. Receitas de juros

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por “impairment”, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

3.9. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas Demonstrações Financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros.

3.10. Circulante e não circulante

As contas do circulante são compostas por ativo e passivo que reúne valores esperados a serem realizados ou liquidados (pagos) em até doze meses após a data-base das Demonstrações Financeiras, ou seja, no grupo circulante são registrados direitos no curso do exercício social subsequente e as obrigações, quando se vencerem no exercício seguinte de acordo com sua natureza.

3.11. Passivos oriundos de contratos de seguros

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos CPC. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados, de acordo com a Circular SUSEP nº 648 de 2021 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir:

- i. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método “pro rata die” para todos os riscos assumidos na data base de cálculo. A PPNG inclui valor correspondente aos riscos vigentes mais ainda não emitidos (PPNG_RVNE), sendo esta parcela estimada a partir do estudo de prêmios emitidos em atraso, via teste de consistência.
- ii. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa, caso a caso, de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados são calculados a partir dos valores reclamados pelos segurados, de acordo com o estabelecido

na Nota Técnica de PSL e inclui assim ações judiciais relacionadas a sinistros, as quais são constituídas a partir de análises de consultores jurídicos para avaliação dos riscos em relação à importância segurada. A mensuração da estimativa da PSL poderá considerar ajuste dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados-IBNR, que é apurado considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros ocorridos e ainda não pagos, estimado por meio de triângulos de run-off.

- iii. A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros eventualmente ocorridos, entretanto, ainda não avisados à Seguradora até a data base das Demonstrações Financeiras. Para o cálculo, foi utilizado o modelo atuarial baseado no teste de consistência.

3.12. Teste de Adequação de Passivos (Liability Adequacy Test - TAP)

A Companhia por não ter iniciado suas operações, não apresentou a apuração do Teste de Adequação dos Passivos.

4. Gerenciamento de riscos

A Seguradora, de forma geral está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição de seguro
- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital
- Risco financeiro

Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de risco da Seguradora engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para a sustentabilidade, envolvendo principalmente aspectos ligados à ética, transparência e prestação de contas.

A estrutura de gerenciamento de risco é adaptada ao porte de negócios da Seguradora sendo conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pela área de Risco e pelos responsáveis de cada uma das áreas da Seguradora, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado.

4.1. Gerenciamento de risco de créditos:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que os limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis.

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Seguradora é o de mercado, onde estes são incluídos em nível 1.

4.2. Gerenciamento de risco de liquidez:

A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do gerenciamento de seus investimentos, o volume suficiente para saldar seus compromissos. A tabela abaixo analisa os passivos e ativos financeiros da Seguradora por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, bem como a suficiência destes:

	31.12.24	31.12.23
	Menos de um ano	Menos de um ano
Obrigações a Pagar	(207)	(288)
Passivo Financeiro	(207)	(288)
Caixa e Equivalente de Caixa	1.003	1.178
Ativo Financeiro	1.003	1.178
Suficiência	796	890

4.3. Gerenciamento de mercado

O risco de mercado é a alteração no preço de mercado sobre os ganhos da Seguradora, sobre o valor de seus instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1). Em 31/12/2024 não havia saldos em contas de instrumentos financeiros no Balanço da Seguradora.

4.4. Gerenciamento de risco operacional

Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a seguradora não registrou perdas.

4.5. Gestão de risco de capital

As Seguradoras devem executar suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora está sendo apresentado na nota 14.4.

5. Caixa e equivalentes

	31.12.24	31.12.23
Equivalentes de Caixa	893	321
Total de caixa e equivalentes de caixa	893	321

6. Aplicações

	Saldo em 31/12/2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Resultado na venda	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2024
Disponíveis para venda						
Equivalente de Caixa	321	1.292	(1.627)	15	-	1
LFT	857	210	(966)	8	-	109
Total	1.178	1.502	(2.593)	23	-	110

7. Títulos e Créditos a Receber

	Até um ano	31/12/2024
Adiantamentos Fornecedor		349
Total de títulos e créditos a receber		349

8. Custos de Aquisição Diferidos (Comissões)

Ramo	31/12/2024
0171 - Riscos Diversos	27
Total Geral	27
Total CP	27
Total LP	-

9. Investimentos

A companhia em 31/12/2024, manteve todos os ativos financeiros registrados na conta Bancos.

10. Contas a Pagar

10.1. Obrigações a Pagar

	Até um ano	31.12.24
Fornecedores		1
Outras contas a pagar		187
Total de obrigações a pagar curto prazo		188

10.2. Impostos e encargos sociais a Recolher

	Até um ano	31.12.24
IOF sobre Operações de Seguros		6
PIS E COFINS		8
IRPJ e CSLL		4
Outros Impostos		1
Total de impostos e encargos curto prazo		19

11. Débitos com operações de Seguros

Até um ano	31/12/2024
Comissões a Pagar	-
Total	29

12. Provisões Técnicas

	<u>31/12/2024</u>	<u>PPNG</u>	<u>IBNR</u>	<u>Total</u>
Ramo	-	-	-	-
0171 - Riscos Diversos	69	5	74	74
Saldo Final do Período	69	5	74	74
TOTAL CURTO PRAZO	74			
TOTAL LONGO PRAZO	-			

13. Patrimônio líquido:

13.1. Capital social

Em 13/03/2023, foi aprovado pela SUSEP para funcionamento da Companhia com a transformação de limitada em sociedade anônima, com capital social no valor de R\$ 1.100.000,00,

A composição acionária da Seguradora é constituída da seguinte forma:

Acionista	Participação	Ações
ADRIANE GUARENTI VARINI PRAZERES	74,54%	819.940
SERGIO ROBERTO PRAZERES	12,73%	140.030
ANDRÉ PHILIP PRAZERES	12,73%	140.030

13.2. Dividendos:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado, após a constituição da reserva legal, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia.

13.3. Reserva legal

Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social.

13.4. Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado. A sociedade segue os prazos estabelecidos na legislação específica para cálculo deste último:

- i. Para fins de qualidade de cobertura do capital mínimo requerido, em 31 de dezembro de 2024 seguindo a Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, foram realizados os ajustes de qualidade do CMR com 3 níveis de PLA conforme critérios abaixo:
 - a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
 - b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
 - c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

Os valores apurados são:

	31.12.24	31.12.23
Patrimônio líquido Ajustado	<u>1.261</u>	<u>1.018</u>
Ajustes contábeis	-	-
PLA Nível 1	-	-
PLA Nível 2	-	-
PLA Nível 3	-	-
Capital base (I)	<u>1.000</u>	<u>1.000</u>
Capital de Risco - SANDBOX (II)	<u>207</u>	<u>15</u>
Capital mínimo requerido – CMR (maior valor entre I e II)	1.000	1.000
Suficiência de PLA	261	18
% Suficiência de PLA	26%	2%
Cobertura CMR (NÍVEL 1) (mínimo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 1)	100%	100%
Cobertura do CMR (NÍVEIS 2 e 3) (máximo 50% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 2 e 3)	0%	0%
Cobertura do CMR (NÍVEL 3) (máximo 15% CMR cobertos pelo PLA NÍVEL 3)	0%	0%

14. Detalhamento das contas da demonstração do resultado:

Detalhe das contas de resultado	31/12/2024	31/12/2023
a) Prêmios emitidos	912	65
Prêmios emitidos - RVE	912	65
b) Variação das provisões técnicas de prêmios diretos	(52)	(16)
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG - RVE)	(52)	(16)
c) Sinistros ocorridos diretos	(65)	(10)
Sinistros ocorridos	(61)	(9)
sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)	(4)	(2)
d) Custos de aquisição	(301)	(14)
Comissões corretores direto	(321)	(21)
Variação do Custo de Aquisição diferido	20	7
g) Outras despesas operacionais	286	165
Outras despesas com operações de seguros	286	165
f) Despesas administrativas	(217)	(190)
Pessoal Próprio	(52)	-
Serviços de terceiros	(161)	(24)
Localização e funcionamento	(4)	(166)
g) Despesas com tributos	(280)	(182)
COFINS	(32)	(3)
PIS	(5)	
Taxa de fiscalização	(243)	(178)
h) Resultado financeiro	22	83
Receitas financeiras	23	83
Despesas Financeiras	(1)	
Resultado Operacional	305	(156)
Resultado Operacional	305	57
Imposto de Renda	(30)	-
Contribuição Social	(32)	-
Resultado	243	(99)

15. Remuneração dos Diretores e Operações com Partes Relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos e Créditos a Receber	349	154
ClubFix Manutenção / Reparadora	349	154
Obrigações a Pagar	1	286
Despesas Administrativas - Sócios	1	286

Não houve valores destinados a remuneração dos Dirigentes em 2024.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

ADRIANE GUARIENTI VARINI PRAZERES
SERGIO ROBERTO PRAZERES
ANDRÉ PHILIP PRAZERES

CONTADOR RESPONSÁVEL

FABIO ROBERTO PEREIRA – CRC -1SP239076-O/0
THIAGO DE SOUSA PINTO